

brava fôlha de serviços prestados à causa da revolução de sua Pátria. O cabograma diz que o líder da revolução cubana, Fidel Castro, está denunciando um complot à favor do ditador Fulgêncio Batista, manipulado em São Domingos pelo ditador Trujillo e em Nicarágua pelo ditador Somoza que, juntos, enviaram a São Domingos trinta aviões sob bandeira cubana para bombardear cidades indefesas e outros aviões para transportar tropas dominicanas e, assim, provocar, com a invasão de Cuba, uma intervenção da Organização dos Estados Americanos naquele país.

Sr. Presidente, recentemente — acentua o cabograma — os Estados Unidos forneceram à Nicarágua quatro e cinco tanques de guerra, cujo destino, evidentemente, deve ser a guerra civil cubana.

Mais uma vez desejo aqui formular apelo ao Ministério das Relações Exteriores para que, sem abandonar a sua posição de não ingerência, posição que se cedeu a uma política continental do Itamarati, possa, no entanto, num gesto de boa vontade procurar com outras chancelarias americanas, num movimento comum de toda a América, atuar em apoio, não da revolução cubana, mas das populações indefesas daquele nobre e generoso país que está pagando o mais alto tributo de sangue à causa da liberdade e da justiça. Não me parece justo nem razoável que o Ministério das Relações Exteriores de uma Nação que assume as mais altas responsabilidades na política continental e cuja diplomacia se acha tradicionalmente empenhada na cooperação com todos os movimentos civis que elevam o padrão democrático dos povos americanos, fique indiferente, quando cidades e populações de Cuba sofrem o bombardeio por parte de países vizinhos, que assim interferem diretamente na guerra civil dessa Nação. (Muito bem).

**DISCURSO DO DEPUTADO SR. CAMPOS VERGAL, PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 26-12-1958, CUJA PUBLICAÇÃO SERIA FEITA POSTERIORMENTE.**

**O SR. CAMPOS VERGAL:**

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, ocupo hoje novamente a tribuna para cuidar de assunto que penso interessar a todos os Srs. Deputados, visto como acredito, todos eles venham recebendo, no transcurso do mandato, pedidos de todas as partes do País, no sentido de que os diplomas encaminhados ao Ministério de Educação e Cultura tenham andamento no setor do registro competente. Na realidade, não podemos saber quantos diplomas estão encravados há mais de 10 anos no aludido Ministério. Se dissessemos que nas várias pilhas de diplomas engalhados há para mais de 52 mil, não erraríamos. O que nos causa surpresa é não haver poder humano capaz de fazer andar esses diplomas, nem para a vida, nem para a morte. Sim, porque, negado o registro, eles morreriam e, concedido o registro, viveriam. Nem uma nem outra coisa, Sr. Presidente. Tenho várias vezes resolver o assunto, através de projetos de lei. Elaborei, um em 1955, e outro em maio de 1958. — Nada! nem o 511, nem o 4.238, caminharam. Há no Ministério explicam: façam uma lei que solucione o assunto.

Mas, o diabo é que o próprio M. E. C. solapa, sabota os projetos com "pareceres", que ingéniosos deputados aceitam, certos representantes que têm muito dinheiro, gastaram muito trabalho para estudar para estudar assuntos sociais... aceitam, assim, a orientação do M. E. C.

Há alguém que negue que existem milhares de diplomas empilhados na Diretoria do Ensino Superior? Não havia inspetores federais nas escolas que os expediram? que papel faziam esses fiscais? por que foram nomeados se sua assinatura colocada no diploma nada vale? E lá ficam essas documentas, até que um novo incêndio os devore...

Continuamos a receber reclamações, pedidos, apêlos e promessas. Houve até um cidadão muito curioso, que me garantiu que se eu conseguisse o registro do seu diploma ele, depois de morto, baixaria no meu centro. (Risos). Mas vamos ao 4.238; está ele assim redigido:

"N.º 4.238 — 1958

*Autoriza a concessão de certificação, a título precário, pelas escolas de curso superior, aos diplomados pelas mesmas.*

(Do Sr. Campos Vergal)

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É autorizada a concessão de certificado pelas escolas de curso superior, aos diplomados pelas mesmas, cujos diplomas estejam em andamento no Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. O certificado, a que se refere o art. 1.º, substituirá, para todos os efeitos, o diploma, até que o processo de registro esteja concluído, positiva ou negativamente.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1958. — Campos Vergal.

Nós Deputados passamos inúmeras vezes por mistificadores, pois que os portadores de diplomas não concebem que um Deputado Federal não consiga registro de seus diplomas.

O pior não é a falta de solução, mas silêncio de esfinge. O Ministério faz como aquela da Planície Giset e diz ao portador do diploma: "Decifra-me ou devoro-te". E o assunto permanece pendente. A esfinge fica olhando para o diploma e o diploma para a esfinge...

Agora me vem às mãos um libretto com esta denominação: "O todo-poderoso Jurandir Lodi, que se julga dono, por usucapão, do ensino superior no Brasil". O libretto foi feito por Roberto Barroso, homem muito conhecido. Foi Deputado Federal, Chefe de Polícia, por duas vezes, Secretário do Interior e da Justiça no Paraná...

É um homem ilustrado. O Sr. Divonsir Cortes — V. Ex.ª me permite um aparte?

O SR. CAMPOS VERGAL — Com muito prazer.

O Sr. Divonsir Cortes — Foi Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Vereador e é grande jornalista.

O SR. CAMPOS VERGAL — V. Ex.ª diz muito bem. É também um grande jornalista; nome respeitável e sabidamente conhecido.

Desesperado, lança um livro, e logo na 1.ª página está escrito isto: "O todo-poderoso Jurandir Lodi, o homem sem passado, sem história e sem biografia". E daí por diante.

Não vou subscrever esta informação. Pessoalmente absolutamente nada tenho contra o Dr. Lodi. Diretores de Ministérios tornam-se donos das Diretorias. Nem os Ministros podem com eles. O Ministro passa e o Diretor fica. Os deputados, que protestam e se esforçam, passam e os Diretores ficam. Retira-se o Sr. Ministro, demoram-se e os Diretores ficam.

São tais diretores senhores absolutos, de suas diretorias. E nós, os pobres Deputados, que temos de disputar as eleições d 4 em 4 anos, eleições duríssimas, nas quais quase

sempre somos derrotados, por falta de pecúnia, mandamos muito dinheiro que um Diretor qualquer de qualquer Ministério...

O Sr. Nelson Omega — Sou também Deputado preocupado com o problema do registro de diplomas no Departamento do Ensino Superior do Ministério da Educação. Indagando do Ilustre Diretor desse Departamento as razões por que transcorrem os meses e as vezes os anos sem que se consiga registrar os diplomas de moços formados em escolas superiores, a resposta foi esta: "Estou manietado por uma lei votada na Câmara que veda a nomeação de funcionários". Não disponho de elementos para fazer o registro". "Eu mesmo, pessoalmente, estou fazendo as verificações".

Assim, o Ministério não tem possibilidade de passar por cima de lei votada pela Câmara que impede nomeações. Quando votamos certa lei com o intuito de conseguir bons resultados contra a demagogia de certos administradores, parece-me que, às vezes, embarçamos dirigentes honestos que se prendem ao texto e ao espírito da lei e não quebram o princípio estabelecido pelo Legislativo.

O SR. CAMPOS VERGAL — Temos tomado essas iniciativas. O próprio Ministério tem dificultado a conversão dessas medidas em lei. Não estou pedindo se registrem diplomas mas que se moralize o assunto negando ou concedendo registros porém resolvendo. Esta a minha solicitação uma vez que muitos jovens não conseguem colocação porque os diplomas não estão registrados. Outros enviaram seus diplomas há oito dez ou doze anos e continuam perdidos pelos governos estaduais, pela fiscalização. Têm seus gabinetes fechados, trancados, têm seus consultórios interditados da maneira mais dolorosa e, muitas vezes, tratase de homens com responsabilidade de família. Apelar para quem?

O Ilustre Ministro da Educação e Cultura não se interessa pelo assunto. Nós também não podemos solucioná-lo. Usando *duo jus spernandi*, continuaremos a gritar. Quem sabe se o Sr. Cardinal poderia dar "uma moedinha..." Seu prestígio é enorme. Enquanto a solução não vem, vamos discursando até o fim do mandato.

Quando falamos desta tribuna, tenho uma ilusão bíblica, a de ver São João Batista, falando no deserto. (Muito bem).

**DISCURSO DO DEPUTADO SENHOR LINO BRAUN, PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 1958, CUJA PUBLICAÇÃO SERIA FEITA POSTERIORMENTE**

**O SR. LINO BRAUN:**

(Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, acabo de vir da Comissão de Finanças. Pela impressão que tive dos votos colhidos de cada membro daquele órgão, quero crer que o Relator expôs aqui apenas o seu ponto de vista. E algumas emendas que rejeita no seu parecer, S. Ex.ª não foi, parece, acompanhado pelos membros da Comissão. Quero referir-me especialmente às emendas 13 e 14. Quanto às demais, pouco pude entender, mas acredito que, pelo menos nessas, por mim citadas o parecer contrário do Relator foi derrotado pelos membros presentes na Comissão.

Solicitaria, assim, ao Sr. Relator que declarasse os votos, um a um, dos membros presentes à Comissão, informando quais foram contrários e quais foram a favor de cada emenda separadamente.

De outra maneira, Sr. Presidente, não me seria possível permanecer numa Comissão onde os votos dos respectivos Deputados não fossem talvez respeitados. (Muito bem; muito bem).

## ERRATA

Discursos do Deputado Sr. Otávio Mangabeira, proferidos na Sessão do dia 4-12-1958, que se reproduz por ter sido publicado com incorreções.

(D.C.N.I., de 5-12-58, pág. 7.934).

**O SR. OTAVIO MANGABEIRA:**

(Palmas. Movimento geral de atenção) — Estava, Sr. Presidente, na intenção de não disputar nas eleições de outubro a renovação do mandato de membro desta Câmara, quando me vi envolvido pelo movimento baiano que vai levar-me ao Senado.

Num pequeno manifesto que dirigi então ao eleitorado, tive ocasião de esclarecer que não eram porventura o desencanto, a fadiga ou as preocupações de saúde que me orientavam no sentido de tal procedimento. Observei, a propósito: quanto mais lamentável for a situação do País, tanto mais estaremos no dever de não perder a fé no seu destino. Conquanto não possa ter a pretensão de rivalizar com os moços em resistências físicas, sinto, contudo, me não falta o ânimo para, ao menos, estimulá-los na fidelidade à vida pública. E, quanto à saúde, no qual creio que tem repercutido os males da Nação, não me serviria de remédio o abandono do campo, no qual aspiro a chegar, ainda que obscuramente, ao termo dos meus dias. Desejava, entretanto, no momento, continuar a servir, mas sem tomar sobre os ombros as responsabilidades do mandato.

Daí a falta de entusiasmo, de gosto que me reteve inteiramente afastado da campanha eleitoral, o que aumentou de muito minha dívida para com os que me elegeram, chefes, eleitores e eleitores. Todos me perdoaram essa atitude, que, sendo de consciência, podia parecer de displicência. Atribuindo-a talvez a motivos de doença, tanto mais que, naqueles dias, não estava passando muito bem, tiveram a generosa inspiração, que não sei como agradecer, de socorrer-me com o melhor dos remédios de que poderiam dispor: o consócio de uma eleição verdadeiramente expressiva, precisamente pelas circunstâncias em que se verificou e as proporções que assumiu.

A razão por que assim me dispunha a concorrer ao pleito foi a mesma, Senhor Presidente, em virtude da qual, ultimamente, de certo tempo a esta parte, me tenho conservado retraído. Tendo vindo para esta Casa em data que já vai longe, quando certamente, boa parte dos que ocupam estas bancadas, honrando-as com a sua presença, não era sequer nascida, encontro-me, não obstante nesta fase com uma tal ou qual, não digo inapetência, mas inaptidão, para o exercício do mandato. A ele então me tornei de alguma forma infenso, como se me afliesse a consciência da minha inutilidade, em face dos encargos que competem a um mandatário do povo.

Disse inapto, Direi por que o digó. Não sou, Sr. Presidente, pessimista. Recurso, formal e veementemente, o papel de Cassandra, que reputo, além do mais, profundamente antipático. Mas a verdade é que, há anos, vi entrar o País por um caminho que, na minha opinião, de que não costumava fazer praça, tanto respeito a dos outros, o não levaria a bom destino.

Em entrevistas ou discursos, manifestei reiterada, até enfadonhamente esses meus pontos de vista. Não vi com o curso do tempo, senão as dificuldades se irem acumulando, como era fatal que acontecesse. A partir de certa época, nada, Senhores Deputados, que

tenha acontecido, ou suceda neste País, em matéria de crise, me surpreendeu ou surpreende. Compuneti-me afinal — oxalá que erradamente — de que, já que não quisemos, não soubemos, ou não pudemos assumir, em tempo próprio, a direção dos acontecimentos, teremos que ser por eles conduzidos. Eis então que me adveio uma certa inibição para discutir ou examinar a situação nacional com a devida sinceridade — e de outro modo não me disporia a fazê-lo — quando discuti-la e examiná-la é talvez a primeira e o mais alta das nossas obrigações.

Perdi, quase de todo, o interesse pelo terra a terra ou o dia a dia, cheio entretanto de relevantes problemas, porque me absorve inteiramente o espírito o grande caso geral para o qual andamos à busca de uma solução que se não vê.

Não ignoro que o silêncio é também uma atitude, às vezes recomendável. Não é contudo, a que apraz ao meu temperamento. Com ele, sofro. Temo que me atribua um alheamento ou ausência, quando, no contrário, o que existe é excesso de presença, não digo ao drama, porque detesto a teatralidade mas ao quadro, ao panorama da realidade brasileira.

Não basta dizer quais os males de que padece a Nação, ou que a vem atormentando. Não é bastante que lições façamos a crítico. O que importa é saber quais os meios, exequíveis e eficientes, a empregar para o fim de combatê-los.

Não creio, Sr. Presidente, no sistema de ora um, ora outro remédio, este hoje, amanhã aquele, ao clamor de cada emergência. Complexo como é o problema, complexa tem que ser a terapêutica. Tenho muito pensado no caso. As conclusões a que chego, não uso por enquanto formulá-las:

Primeiro, porque reconheço que no terreno, mais movediço que sólido, de semelhantes assuntos, e na ausência de elementos de que, em geral, só os governos dispõem, é sempre de admitir se esteja em erro, tantas as faces do prisma a ser consideradas; segundo, principalmente, porque não teriam cabimento, no clima, na atmosfera, que por enquanto vamos respirando — clima, Sr. Presidente atmosfera, que no meu modo de ver, antes faz mal do que bem às perturbações de saúde — chamem-lhes crise de crescimento, chamem-lhes como quiserem — de que vem sofrendo o País.

Quem vir como se vive no Brasil, o dinheiro que se derrama, os atos que se praticou, o tipo de iniciativas que se tomam, os costumes que se adotam no campo da vida pública e também no da vida privada, teria a impressão de que estamos em plena normalidade, e até em grande fartura, se por outro estivesse a chamar pela voz dos quebra-quebras. Não; não uso formular as conclusões a que chego. Pensariam talvez que eu estava louco. Limitar-me-ei, por conseguinte, a algumas proposições.

Que o Brasil triunfará das suas atuais vicissitudes, não haja, nem possa haver a menor dúvida. Que, todavia, para que triunfe, terá que submeter-se a algumas medidas drásticas, administrativas e políticas, que só creio se ponham em prática — e necessariamente se terão de pôr — quando a dureza dos fatos, na sua realidade, abrindo os olhos, a todos, despertar o civismo de todos, civis e militares, de modo que contribua cada qual com a quota de sacrifício que lhe cabe, que não pode deixar de caber-lhe para que a Nação se desfogue,

(muito bem; palmas) — é o de que estou convencido, sincera e profundamente.

Confesso, Sr. Presidente, ansio pela vinda desse dia em que todos, também eu, tenhamos que pagar esse tributo, que já se vai retardando.

Ainda agora se declarou a um dos donos mundos do mundo que, se ele não vier em nosso auxílio e de toda a América Latina, seremos, então, compelidos a bater à porta do outro.

Adiantamos para argumentar, que um dos dois se dispusesse a atender a nossa sugestão. Não o faria de graça. Não bateria o prego sem estopa. Na estopa, em tal hipótese, é que estaria o problema, mais um e dos mais tremendos.

Fala-se em crise moral e, ela, de fato, existe, sob diversos aspectos; em crise econômica, e ela nos queima na carne; em crise financeira, e ela campeia, na União, nos Estados e nos Municípios; em crise social, crise política, crise de autoridade e de regime, crise militar, e todas elas avultam no quadro da crise geral que nos envolve.

Não se fala entretanto, numa crise que, ou preliminarmente se atenua, ou dificilmente as demais se hão de atuar. E ela que concorre, em grande parte, para o desconcerto, a confusão, que às vezes nos dá a ideia de que estamos no manicômio. Refiro-me, Senhor Presidente, à que chamarei crise de compreensão, ou, se quiserem, de incompreensão.

Não me lembra qual foi o escritor ou pensador francês que, atendendo ao apelo de um jovem, escreveu para ele este conselho, tão resumido em palavras tão profundo em sabedoria, que não serve somente para moços, mas para toda gente: "Tachez de comprendre". Trate de compreender.

O que se está passando no Brasil, em matéria de incompreensão, excede a tudo.

Vejam os casos que são muitos, um, aliás dos mais simples, e ainda muito recente: o que aconteceu com relação ao Sr. Gainza Paz.

Foi do seio da Oposição que partiu o convite ao diretor da Organização Interamericana de Imprensa para que nos visitasse a fim de tomar conhecimento do que aqui vinha ocorrendo em matéria de imprensa, dentro, portanto, do âmbito das atribuições que lhe incumbem. O Ministro da Justiça, animado, quero crer, de susceptibilidade patriótica, reputou impertinente a sua intromissão como, acredito, a de qualquer estrangeiro no assunto de que se tratava.

Ora, Sr. Presidente, tenho como certo para mim que a vinda ao Brasil do Sr. Gainza Paz, era mais do interesse do Governo que da própria Oposição. Se as autoridades o acolhessem com o apreço que lhe devemos por todos os motivos, e lhe mostrassem os jornais e revistas brasileiros de todos os matizes, e o informassem da sorte que têm tido os processos movidos na Justiça contra jornalistas e jornais pelo próprio Ministro da Guerra, o Sr. Gainza Paz havia de concluir que a liberdade de imprensa é uma realidade no Brasil.

E o é, efetivamente. Se há coisa, neste País, que, enquanto subsistir a ordem legal, é difícil de ser ameaçada, quanto mais oprimida ou supressa, é a liberdade de imprensa. Dê-se o poder dizer que, no Brasil, tem o caráter de dogma da civilização nacional. Atentados contra a imprensa, o País os não tolera. O povo, como que tem a intuição de que, quaisquer que sejam seus excessos, mal com ela, pior sem ela.

A incompreensão manifestou-se, de modo mais incisivo, no caso do Diário de Notícias, Órgão de combate, como é, há naturalmente, quem divirja das suas diretrizes. Trata-se, porém, de um jornal de grande reputação, por suas tradições de probidade, intrepidez e civismo. O seu diretor, Sr. João Dantas, e o seu redator-chefe, Sr. Prudente de Moraes Neto, são homens tidos e havidos como integralmente de bem. Podem errar como errar podemos todos; nunca, porém, inspirados por motivos subalternos.

Mas, então, numa terra, num país, onde toda a gente proclama que há muito abuso impune, triunfantes seus autores, há de ser um jornal como este que vá ao pelourinho? Há de ser jornalista dessa ordem que devam ser levados à cadeia — e pela mão da Justiça — a pretexto de que publicaram notícias ou comentários, promovendo ou animando a discórdia nas Forças Armadas, quando a discórdia, se existe, tem razões muito conhecidas? Só incompreensão pode explicar que se tenha instaurado um processo que só pode ter o efeito de atrair simpatias, desde logo as de toda a imprensa, para o jornal e para os jornalistas que dele estão sendo objeto, e seja qual for o desenlace do pleito, — sobretudo se fosse desfavorável, hipótese aliás absurda — aumentar praticamente a popularidade do jornal e o prestígio dos seus dirigentes.

Incompreensão tem havido, e continua a haver, no caso da Força Aérea Brasileira. Empregando as palavras "política" e "político" no melhor sentido dos termos, propugno a teoria de que ali o aspecto político é mais relevante do que o militar. Pretender dar-lhe solução pela aplicação pura e simples de medidas militares, ou seja, das punições que os regulamentos prescrevem para transgressão da disciplina, é não compreender o que se passa.

Vejam, Sr. Presidente, O Presidente da República, no uso de um seu incontestável direito, entendeu de nomear o Ministro da Aeronáutica para ocupar interinamente a pasta da Guerra, e, em seguida, o da Guerra para exercer em interinidade a pasta da Aeronáutica. Foram atos de rotina? Não há dúvida. Mas atos de rotina, ao mesmo passo, eminentemente políticos.

A não ser que admitamos interpretações malévolas, que não teriam sentido, o que o Presidente imaginou, e pensaram igualmente os seus Ministros, é que aqueles atos seriam expressamente de apaziguamento e, por conseguinte, salutareos para o Governo e o País.

Tenho dito mais de uma vez, e, entre parênteses, aqui direi novamente. Por grave que tenha sido, em novembro de 1955, a destituição, — um após outro, de dois Chefes de Estado, um eventual, outro efetivo, mais grave foi, se possível, o que dali resultou para as nossas Forças Armadas, cuja coesão é essencial, rigorosamente essencial, não só à tranquilidade, mas à estabilidade da República.

Infelizmente, os atos do Governo, com a nomeação dos dois Ministros para as duas interinidades, não produziram os efeitos que, acredito, o Governo imaginava. Ao contrário, daí resultaram determinadas manifestações, não por uso de armas, mas, pacificamente, por palavras, que deram ensejo a numerosas prisões.

Verificou-se que os ressentimentos, não entre a Aeronáutica e o Exército, mas entre uma dada corrente da oficialidade da Aeronáutica e o atual

Ministro da Guerra por motivos que são notórios, não se achavam de todo extintos. Houve, sem dúvida, indisciplina no caso, mas uma indisciplina especial.

Pergunta-se: qual foi a quantidade — isto é da maior importância — dos oficiais indisciplinados? 200, 300, 500, 800, 1.000?

Sejamos compreensivos e serenos. Quando uma indisciplina é cometida por um número tão grande de oficiais, é preciso ver o que há no caso; porque repugna admitir que, homens de esmerla e de combate, sejam, todos eles, em tal número, desprovidos de senso do dever. O que os fez incorrer na indisciplina foi, certo ou erradamente, a sensação que tiveram de que estava em causa o punidor, (muito bem), que não deve ser combatido, senão estimulado, num homem que veste a farda, e que é melhor que peque por excesso do que por omissão em questões que juígue de brio, porque, só assim, se pode crer que morrerá de bom grado, quando estiver em jogo a honra da Pátria. (Muito bem. Palmas). Serenamente, de bom-fé, compreensivamente, é como o caso deverá ser visto.

As prisões se efetuaram. Os regulamentos militares foram fielmente cumpridos. Está, suponho, a encerrar-se o prazo de 30 dias da prisão. Os presos vão ser postos em liberdade. Voltarão aos seus quartéis. Consulte, cada um, a própria consciência, e me responda: O caso foi resolvido, ou, ao contrário, se reagrou? Os ressentimentos se extinguíram, ou, ao contrário, se reacenderam?

Ái está por que digo: não é por medidas punitivas que o caso se resolve, é por medidas políticas. Não é, entretanto, a Oposição que deve indicar ao Governo as medidas a tomar, porque, realmente, se o Governo, num caso dessa ordem, aceitasse a direção dos seus adversários, ficaria profundamente enfraquecido. É ele mesmo, o Governo, por si próprio, quando julgar oportuno, não, porém, fora de tempo, que deve ver quais os atos por meio dos quais consegue, de fato, pacificar. Não tenhamos ilusões. Não haverá paz neste País, enquanto paz não houver no seio das Forças Armadas. Precisamos um pouco mais de compreensão e de política, escusado repetir: no bom sentido dos termos. Em novembro, Sr. Presidente, de 1930 — lá se vão precisamente 28 anos — recolhido, preso, a um quartel, ali escrevi uma página, que tem sido publicada, narrando o episódio do 24 de Outubro. Mas fiz referências a determinados passos que nos dias anteriores havia dado, de minha própria iniciativa, para ver se era possível salvação. Pois foi nesse

escrevi estas palavras: "há 28 anos, e vou aqui recordar, que estamos de nove em horas graves. Na cena da vida pública, preconizados, precedentes, susceptibilidades, compromissos, opiniões, interesses, tudo deve estar subordinado a uma causa suprema, que é a da Pátria".

Disse, em outra ocasião: O homem público só pode ter por completa a sua educação no dia em que, fazendo exame de consciência, sentir que já é capaz de abrir mão das suas ambições, dos seus interesses, dos seus ressentimentos, dos seus ódios, se os tiver, e até do seu amor próprio — que, por sinal, é a coisa de que os homens, em geral, mais custam a fazer taboara — se a sorte da Nação o re-

Eu, que estou pregando a compreensão, devo pregá-la também para com o Ministro da Guerra. Depois de uma longa vida de soldado, disciplina e disciplinador, cumprindo e exigindo se cumprissem os regulamentos militares, sem que nunca jamais pensasse em interferir na política, ou exercer posições políticas, vim se envolto, de uma hora para outra, num turbilhão, fora inteiramente dos seus hábitos. Não há, pois, como impedir que, aqui ou ali, se equivoque na apreciação dos fatos, quando nós, homens políticos, experimentados na política, também, não raro, nos equivocamos.

As vezes, ouço alusões aos excessos de linguagem do Líder da UDN nesta Casa. Ora, Sr. Presidente, o Senhor Carlos Lacerda, dotado de um poder verbal e uma capacidade de ação verdadeiramente extraordinários, (*multo bem*), escreve, e fala, e atua, por assim dizer, sem parar. Vive na linha de fogo, e é ele mesmo, por temperamento, uma flama. Não há como evitar que aqui ou ali a palavra lhe escorra da pena ou lhe extravase da boca em uma temperatura a que ele mesmo, se se encontrasse no seu repouso em Petrópolis, não faria subir.

Sou obrigado, Sr. Presidente, a ir alhargando este discurso, tanto os novos Regimentos desta Câmara contribuem — sem embargo da tolerância

com que V. Exa. a preside — não digo para a morte, mas para que a tribuna parlamentar vá, aos poucos, entrando em agonia.

O que mais protege esta Nação, contra movimentos destinados a tomar o governo pela força, é um fato. Se o atual Presidente, que se vai impondo, mais a mais, a todos os espíritos: o de que, já agora e de ora avante, nenhum governo administrará este País em condições de servi-lo e, por consequente, de manter-se — seja governo de lei, seja governo de força — se não tiver por si, a sustentá-lo, estas duas autoridades: a moral, que só lhe pode advir do apoio, largo e efetivo, da opinião brasileira, e daí o respeito público e a confiança interna e externa, sem os quais ninguém governará nas atuais circunstâncias; e a material, que só as Forças Armadas, por apoio da mesma natureza, isto é, largo e efetivo, lhe poderão conferir. Não se esqueçam desse fato os que porventura estiverem pensando em ditadura, como também os líderes políticos que tomarem a si a incumbência de encaminhar a solução do problema, bem mais difícil do que se imagina, da próxima sucessão presidencial da República.

É sobretudo de compreensão — volto a insistir sobre o ponto, batendo na mesma tecla — que está precisando o

País. Estamos sendo muito entregues a homens improvisados, que sobem de sopesão aos mais altos comandos, da política e da vida pública.

Não devo, Sr. Presidente, não devo e não posso, ir mais longe, nem quero ocupar demasiadamente a atenção desta Assembléia.

Bem quisera que as minhas impressões — as em que acabo de pronunciar-me — tivessem sido mais antenadoras ou, até, alviseareiras, numa hora em que já me toca um quê de melancolia, ao considerar, ao sentir, que é esta a última vez em que, nesta legislatura, e seguramente na vida, ocupo esta tribuna, a que subi tantas vezes, em dias para mim inesquecíveis.

Aqui cheguei nos 25 anos. Daqui parto aos 72. No curso de uma existência, é já um longo período, entremecido por fases de relativo êxito, embora alguém já dissesse que são sempre cercados de espinhos os louros que a política oferece, e outras, bem mais longas, de amargura.

É natural, é humano, que leve alguma saudade desta que Câmara baixa, é, contudo, a grande Casa da representação nacional, boas recordações dos companheiros, os atuais e os antigos. Inclusive, senão sobretudo, os dos meus primeiros tempos.

Imagino, Sr. Presidente, que dos 22 que, em 1912, demos entrada e nos en-

fileiramos na antiga Cadeia Velha, em nome da Bahia, 21 já se ausentaram para a viagem de que se não volta. Sómente eu vivo por aqui perambulando, uma sombra, uma sobra, um vestígio, uma reminiscência do passado (*Não notados*). Dos que compunham as demais bancadas, bem poucos sobrevivem. A cena, por consequente, que me envolve, é aquela do crepúsculo, da tarde.

Agora, a Bahia, a Bahia que para mim tem sido mãe amantíssima, houve por bem premiar-me com uma senarria de 8 anos. Oito anos, Sr. Presidente! Não pergunto se os viverei. Prefiro perguntar se os viveremos — eu e o regime.

Faço questão de que meu último voto, formulado destas alturas, o mais caloroso, o mais ardente de que me sinto capaz, seja por que o povo brasileiro padeça o menos possível, mais se disponha a sofrer — o povo brasileiro, todo ele, a começar pelos grandes — tudo o que for necessário — e alguma coisa o há de ser — para que o Brasil continue, na expressão do saudoso Armando Sales, como há de continuar, ativo, erecto e honrado, no caminho do seu grande e glorioso destino. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado*).